



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

### PARECER DO COMITÊ DE TERMO DE COMPROMISSO

#### PARECER DO COMITÊ DE TERMO DE COMPROMISSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM 19957.003519/2021-10

#### SUMÁRIO

##### PROPONENTE:

**ANTÔNIO AUGUSTO DE SOUZA COELHO**

##### ACUSAÇÃO:

Infração, em tese, ao item I c/c o item II, alínea “c”, da Instrução CVM nº 08/1979<sup>[1]</sup> (“ICVM 08”), vigente à época dos fatos, em razão de, em tese, realização de **operação fraudulenta** no mercado de valores mobiliários, por meio da qual teria, também em tese, auferido vantagem financeira em detrimento de fundos de investimento.

##### PROPOSTA:

Pagar o valor de **R\$ 200.000,00** (duzentos mil reais) na forma e no prazo definidos pela CVM.

##### ÓBICE JURÍDICO:

SIM

##### PARECER DO COMITÊ:

REJEIÇÃO

#### PARECER DO COMITÊ DE TERMO DE COMPROMISSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM 19957.003519/2021-10

#### PARECER TÉCNICO

1 . Trata-se de proposta de Termo de Compromisso apresentada por **ANTÔNIO AUGUSTO DE SOUZA COELHO** (“ANTÔNIO COELHO” ou “PROPONENTE”), no âmbito de Processo Administrativo Sancionador (“PAS”) instaurado pela Superintendência de Supervisão de Riscos Estratégicos (“SSR” ou “Área Técnica”), no qual há outros 6 (seis) acusados, por realização, em tese, de **operação fraudulenta** no mercado de valores mobiliários, da qual teria sido, em tese, beneficiário direto e indireto, por meio do recebimento de recursos e ativos aportados em fundos de investimento.

## **ORIGEM** <sup>[2]</sup>

2. O processo teve origem em comunicação do DD. Ministério Público Federal (“MPF”) no ano de 2018 e referente ao processo de incorporação da FL-FER pela TL Participações.

3. A operação teria envolvido a cessão de direito de participação societária na adquirente ao controlador da incorporada, e teriam sido prestadas informações falsas sobre a situação econômica da adquirente, à época controlada, em última análise, pelo FIM DIA IV e pelo FIP MIR.

4. Em 2015, a TL Participações teria realizado nove aumentos de capital, que somaram R\$ 247 milhões, integralizados por meio de dação em pagamento de imóveis. Teriam ocorrido diversas irregularidades em tese relacionadas a esses bens, como disputas judiciais sobre titularidade, inexistência ou cancelamento de títulos de propriedade, bloqueios de matrícula por suspeita de fraude e averbações de reservas legais que afetariam o valor dos imóveis.

5. A Superintendência de Relações com Investidores Institucionais (“SIN”), então área responsável pelo processo, concluiu pela necessidade de aprofundamento da apuração dos fatos, e encaminhou o processo à SSR em 05.03.2020.

6. Em 25.06.2024, a SSR lavrou Termo de Acusação (“TA”) e requereu a responsabilização do PROPONENTE e de mais 4 (quatro) pessoas naturais e 2 (duas) jurídicas, pela realização, em tese, de operação fraudulenta no mercado de valores mobiliários.

## **DOS FATOS**

7. Para melhor compreensão dos fatos, apresenta-se, no quadro abaixo, a lista de fundos de investimento em tese impactados pelas operações em tela. Ressalte-se que todos os fundos eram geridos e administrados pelas instituições – responsáveis pela administração de carteira – cujos diretores responsáveis, juntamente com as próprias administradoras, também figuram como acusados no PAS de que se trata.

<b>FUNDO</b>	<b>COTISTA</b>
FIM DIA	Incorporado pelo FIM DIA IV
FIDC DIA	100% FIM DIA IV
FIP MEZ	Incorporado pelo FIP MIR
FIP MIR	100% FIM DIA IV
FIP ALK	Incorporado pelo FIP MIR
FIM DIA IV	100% FUNDAÇÃO <sup>[3]</sup>

8. A TL Participações foi constituída em 05.01.2015, com capital social de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais), aumentado 25 (vinte e cinco) dias depois por meio da

emissão de novas ações, todas subscritas e integralizadas com a cessão de direitos creditórios, por um terceiro (“A.C.C.”), também acusado no âmbito do TA.

9. Entre abril e maio de 2015, os fundos FIP ALK e FIP MEZ teriam recebido ações da TL Participações por meio de operações realizadas com A.C.C. e por integralizações, em moeda corrente, de R\$ 7,450 milhões em subscrições.

10. Em 21.05.2015, A.C.C. efetuou a primeira subscrição de cotas de emissão do FIP MIR, integralizando-as com ações de emissão da TL Participações.

11. Em 15.06.2015, ANTÔNIO COELHO adquiriu cotas do FIP MIR, de titularidade do terceiro mencionado, pagas com a prestação de serviços advocatícios.

12. Em 22.09.2015, A.C.C. e ANTÔNIO COELHO (“Beneficiários”), após diversas amortizações, transferiram as cotas restantes do FIP MIR detidas naquele momento, 50% por cada um, para o FIM DIA, para quitação de títulos inadimplidos.

13. Em 30.10.2015 foi realizado novo aumento de capital da TL Participações, subscrito pelos Beneficiários, que também teria sido integralizado com a cessão de direitos creditórios.

14. Os direitos creditórios utilizados para integralizar os dois aumentos de capital da TL Participações pelos Beneficiários estariam consubstanciados em Instrumentos Particulares de Confissão de Dívida contra terceiros, os quais teriam quitado os débitos com a dação em pagamento de imóveis.

15. Em 28.12.2016, o FIP MIR incorporou o FIP ALK e o FIP MEZ, que tinham quase a totalidade dos seus patrimônios constituídos por ações de emissão da BMS, sociedade que, desde 31.05.2016, era controladora integral da TL Participações. A FUNDAÇÃO cotista do FIP MEZ recebeu mais cotas de emissão do FIP MIR, assim como o FIM DIA e o FIM DIA IV, que eram cotistas dos dois FIPs incorporados.

16. Em 29.12.2016, um dia depois, o FIM DIA IV incorporou o FIM DIA, de modo que toda a participação deste no FIP MIR foi transferida para o primeiro.

17. Observa-se que a FUNDAÇÃO foi a **única cotista dos fundos que integralizou parte das cotas em moeda corrente**. As demais cotas teriam sido integralizadas mediante a entrega de cotas de fundos de investimento, títulos de crédito e outros ativos.

## **DA MANIFESTAÇÃO DA ÁREA TÉCNICA**

18. De acordo com a SSR:

- a ) considera-se caracterizada uma operação fraudulenta quando estão presentes: (i) a utilização de ardil ou artifício; (ii) a destinação dessa conduta a induzir ou manter terceiros em erro; e (iii) a finalidade de obter vantagem

econômica ilícita para si ou para outrem - elementos que teriam sido devidamente identificados no âmbito do TA, assim como restaram demonstradas a autoria e a individualização das condutas dos acusados;

b) os artifícios societários utilizados na referida operação fraudulenta, que, em tese, teriam ocultado os vícios no patrimônio da TL Participações, consistiram em:

i. aumentos de capital, sem fundamento econômico, por meio de cessão de títulos representativos de dívidas inexistentes, eventualmente com evidência de falsificação;

ii. dação em pagamento a essas dívidas inexistentes com imóveis que sequer teriam sido registrados em nome da sociedade, à exceção de um, o qual fora registrado com falha na cadeia dominial;

iii. aquisição de ações de emissão da TL Participações e da BMS por fundos, cujas gestora e administradora estariam envolvidas na fraude;

iv. troca de ativos inadimplidos na carteira do FIDC DIA por, em última instância, ações de emissão da TL Participações;

v. cessão de créditos detidos pela BMS para os Beneficiários; e

vi. adiantamentos feitos pela BMS aos Beneficiários, sem fundamento econômico, e cessão de créditos detidos pela BMS, sem contrapartida;

c) a operação realizada pelos Beneficiários, em, em tese, conluio com a gestora e a administradora dos fundos, teria consistido em aumentos de capital pela TL Participações, e utilização de suas ações em negociações com os aludidos fundos, para obtenção de vantagens econômicas indevidas, em última análise, em detrimento da FUNDAÇÃO;

d) enquanto recursos financeiros fluíam dos fundos, da TL Participações, ou da BMS, sua controladora, para os Beneficiários, o patrimônio líquido do FIP MIR continuava valorizando, ainda que a TL Participações nada produzisse e tampouco tivesse relevantes ativos efetivamente registrados no seu patrimônio, além do fato de que estaria contabilizando recorrentes prejuízos;

e) ANTÔNIO COELHO teria, em tese, auferido vantagem de **R\$ 6.902.522,74**<sup>[4]</sup> (seis milhões, novecentos e dois mil, quinhentos e vinte e dois reais e setenta e quatro centavos) como resultado das operações descritas; e

f) a alegação de ANTÔNIO COELHO de que sua conduta não teria sido dolosa não se sustentaria, uma vez que, conforme reconhecido pelo próprio, ele subscrevera os instrumentos de confissão de dívida utilizados para integralizar as ações de emissão da TL Participações, sem que fosse, de fato, credor das respectivas dívidas, tendo participado de todos os atos societários que culminaram no recebimento das vantagens financeiras e subscrito os documentos que os formalizaram.

## **DA RESPONSABILIZAÇÃO**

19. Face ao exposto, a SSR propôs a responsabilização de ANTÔNIO COELHO pela suposta realização, em tese, de operação fraudulenta no mercado de valores mobiliários, da qual teria sido, em tese, beneficiário, direto e indireto, de recursos e ativos aportados nos fundos indicados, em infração, em tese, ao item I c/c o item II, alínea “c”, da ICVM 08.

## **DA PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COMPROMISSO**

20. Em 19.02.2025, **ANTÔNIO COELHO** protocolou proposta de Termo de Compromisso (“TC”) para encerramento consensual do processo em referência, mediante pagamento de **R\$ 200.000,00** (duzentos mil reais), na forma e prazo a serem definidos pela CVM.

21. O PROPONENTE teria considerado as características e circunstâncias específicas do caso, bem como a ausência de prévia condenação na CVM, o que, na sua opinião, caracterizaria sua primariedade para os fins do inciso V do §1º do art. 4º da Resolução CVM nº 45/2021 (“RCVM 45”).

22. O PROPONENTE se propôs, ainda, a abster-se de exercer, pelo prazo de **5 (cinco) anos**, qualquer atividade regulada nos termos da Lei nº 6.385/1976.

## **DA MANIFESTAÇÃO DA PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA - PFE/CVM**

23. Em razão do disposto no art. 83 da RCVM 45, conforme **PARECER n. 00018/2025/GJU-2/PFE-CVM/PGF/AGU** e seus respectivos Despachos, a Procuradoria Federal Especializada junto à CVM (“PFE/CVM”) apreciou, à luz do disposto no art. 11, §5º, incisos I e II, da Lei nº 6.385/1976 e no art. 82 da RCVM 45, os aspectos legais da proposta de TC apresentada, opinando no sentido de que **não foi preenchido o requisito legal constante do art. 11, §5º, inciso II, da referida Lei**.

24. Em relação aos incisos I (cessação da prática) e II (correção das irregularidades) do art. 82, a PFE/CVM destacou que:

“(…)

No que toca ao requisito previsto no indigitado art. 11, § 5º, I, da Lei nº 6.385/1976, registra-se, desde logo, o entendimento da CVM no sentido de que “sempre que as irregularidades imputadas tiverem ocorrido em momento anterior e não se tratar de ilícito de natureza continuada, ou não houver nos autos quaisquer indicativos de continuidade das práticas apontadas como irregulares, considerar-se-á cumprido o requisito legal, na exata medida em que não é possível cessar o que já não existe[1]”.

Nessa perspectiva, verifica-se que as apurações efetuadas pela área técnica, no bojo do processo administrativo em testilha, abrangem um período de tempo específico, considerando o período de atuação dos acusados, de acordo com o explicitado nos itens 9 e 10 do Termo de Acusação apresentado pela SSR (...)[2], bem como as vantagens indevidas auferidas pelo proponente, na qualidade de cotista, que, conforme tabela anexa ao item 261, foram identificadas até 18/08/2016.

Assim, não se vislumbra indícios de continuidade infracional, exclusivamente com base nas informações constantes no PAS, a impedir a celebração dos termos propostos.

No que concerne ao requisito previsto no inciso II, de se registrar que, relativamente à indenização de prejuízos, na linha do despacho ao PARECER n. 00058/2015/GJU - 2/PFE-CVM/PGF/AGU (...) que, “como regra geral, não cabe à PFE-CVM analisar a suficiência dos valores apresentados na proposta, salvo quando manifestamente desproporcionais às irregularidades apontadas, com evidente prejuízo às finalidades preventiva e educativa que devem ser observadas na resposta regulatória para a prática de infrações, seja ela consensual ou imperativa”.

(...)

(...) cumpre ressaltar que, para correção das irregularidades, ao lado de proposta de indenização por danos difusos ao mercado, o proponente se compromete a abster-se, pelo prazo de 5 (cinco) anos, de exercer, mediante registro nessa autarquia, qualquer atividade regulada nos termos da Lei nº 6.385/1976.

(...)

(...) no caso concreto, a SSR concluiu que “260. Restou, portanto, devidamente demonstrado que o esquema fraudulento teve por finalidade a obtenção de vantagem econômica para todos os envolvidos, em detrimento da (...)”[4], sendo certo que, na tabela 11, anexa ao item 261, foram descritas “as vantagens auferidas por (...), Antônio Coelho, (...)”.

Na referida tabela, relativamente ao proponente, a SSR aponta as operações em que figura como beneficiário, datadas de 20.08.2015, 27.08.2015 e 18.08.2016, no montante de R\$1.000.000,00, R\$936.938,03 e R\$1.262.000,00; e, ainda, operação realizada em 10.06.2016, com vantagem econômica de R\$7.407.169,02, em que figuram como beneficiários o proponente e (...), não tendo sido apresentada qualquer proposta relativa à devolução ou à indenização

em montante equivalente aos valores recebidos.

De fato, seria um contrassenso que a Administração Pública mitigasse o exercício de sua atividade sancionatória, sem a contrapartida de recomposição pelos danos causados aos investidores e ao mercado de valores mobiliários como um todo. Pelo exposto, consideram-se não preenchidos os requisitos exigidos pelo art. 11, §5º, II, da Lei nº 6.385/1976.

(...)

### **III - CONCLUSÃO**

Em conclusão, pontua-se a inexistência de proposta indenizatória relativa à devolução da vantagem ilícita obtida, apontada na tabela 11, anexa ao item 261, do Termo de Acusação, ainda que sob a forma de danos difusos, caso não seja possível a mensuração das efetivas perdas suportadas pela Fundação (...), comprometendo, desta forma, a juridicidade da celebração do Termo de Compromisso, na forma como proposta.

Outrossim, superado o óbice, dada a gravidade dos fatos narrados, os quais apontam, inclusive, para indícios da prática de crime previsto no art. 4º da Lei 7.492/1986, há que se ter em pauta os demais princípios e regras que informam o mercado de valores mobiliários, de sorte a que seja avaliada a conveniência e oportunidade do exercício da atividade consensual pela CVM no caso concreto, com vistas ao efetivo atendimento do interesse público, bem como à luz do princípio da economia processual, haja vista que a maior parte dos acusados não apresentou proposta, matéria afeta à atribuição do Comitê de Termo de Compromisso.”

### **DA DELIBERAÇÃO DO COMITÊ DE TERMO DE COMPROMISSO**

25. O art. 86 da RCVM 45 estabelece que, além da oportunidade e da conveniência, há outros critérios a serem considerados quando da apreciação de propostas de Termo de Compromisso, tais como a natureza e a gravidade das infrações objeto do processo, os antecedentes<sup>[5]</sup> e a colaboração de boa-fé dos acusados ou investigados e a efetiva possibilidade de punição no caso concreto.

26. Nesse tocante, há que se esclarecer que a análise do Comitê de Termo de Compromisso (“Comitê” ou “CTC”) é pautada pelas grandes circunstâncias que cercam o caso, não lhe competindo apreciar o mérito e os argumentos próprios de defesa, sob pena de convolar-se o instituto de Termo de Compromisso em verdadeiro julgamento antecipado. Em linha com orientação do Colegiado, as propostas de Termo

de Compromisso devem contemplar obrigação que venha a surtir importante e visível efeito paradigmático junto aos participantes do mercado de valores mobiliários, desestimulando a prática de condutas semelhantes.

27. Assim, e considerando, em especial: (a) a gravidade das condutas, em tese irregulares, detectadas no PAS de que se trata<sup>[6]</sup>; (b) a distância entre os valores propostos pelo PROPONENTE e os que vêm sendo praticados pela CVM relativamente a propostas de TC em situações similares; (c) a reduzida economia processual decorrente do fato de que apenas 1 (um), entre os 7 (sete) acusados, apresentou proposta de celebração do TC; e (d) o enquadramento da conduta em tese no Grupo V do Anexo A da RCV 45, o Comitê entendeu pela submissão, ao Colegiado da CVM, de opinião no sentido de que não seria conveniente e oportuna a celebração de Termo de Compromisso no caso, e, portanto, da **rejeição** da proposta em tela.

## **DA CONCLUSÃO**

28. Em razão do acima exposto, o CTC, por meio de deliberação ocorrida em 20.05.2025<sup>[7]</sup>, decidiu propor ao Colegiado da CVM a **REJEIÇÃO** da proposta de Termo de Compromisso apresentada por **ANTÔNIO AUGUSTO DE SOUZA COELHO**.

*Parecer Técnico finalizado em 21.07.2025.*

---

<sup>[1]</sup> I - É vedada aos administradores e acionistas de companhias abertas, aos intermediários e aos demais participantes do mercado de valores mobiliários, a criação de condições artificiais de demanda, oferta ou preço de valores mobiliários, a manipulação de preço, a realização de operações fraudulentas e o uso de práticas não equitativas.

II - Para os efeitos desta Instrução conceitua-se como:

(...)

c) operação fraudulenta no mercado de valores mobiliários, aquela em que se utilize ardil ou artifício destinado a induzir ou manter terceiros em erro, com a finalidade de se obter vantagem ilícita de natureza patrimonial para as partes na operação, para o intermediário ou para terceiros;

<sup>[2]</sup> As informações apresentadas nesse Parecer Técnico foram extraídas do Termo de Acusação elaborado pela SSR.

<sup>[3]</sup> FUNDAÇÃO se refere a uma fundação de direito privado que, à época dos fatos, era a única cotista do FIM DIA IV.

<sup>[4]</sup> Total das vantagens auferidas pelo PROPONENTE, conforme indicado no Termo de Acusação: além dos valores de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), R\$ 936.938,03 (novecentos e trinta e seis mil, novecentos e trinta e oito reais e três centavos) e R\$ 1.262.000,00 (um milhão e duzentos e sessenta e dois mil reais). Considerou-se que também teria sido auferida metade do valor de R\$ 7.407.169,42 (sete milhões, quatrocentos e sete mil, cento e sessenta e nove reais e quarenta e dois centavos).

<sup>[5]</sup> **ANTÔNIO AUGUSTO DE SOUZA COELHO** não consta como acusado em outros PAS instaurados pela CVM. (Fonte: Sistema de Inquérito e Sistema Sancionador Integrado da CVM. Último acesso em 15.07.2025).

<sup>[6]</sup> Para fins de detalhamento da gravidade, em tese, das condutas analisadas neste parecer, destaca-se o item III da ICVM 08, que estabelece: “Considera-se falta grave passível de aplicação das penalidades previstas no art. II, Incisos I a VI da LEI Nº 6.385/1976, o descumprimento das disposições



constantes desta Instrução”.

[7] Deliberado pelos membros titulares de SGE, SEP, SNC e pelos substitutos da SMI e da SPS.

---



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo dos Santos Mulé, Superintendente Substituto**, em 21/07/2025, às 15:04, com fundamento no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Oswaldo Zanetti Favero Junior, Superintendente Substituto**, em 21/07/2025, às 15:18, com fundamento no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Guilherme de Paula Aguiar, Superintendente**, em 21/07/2025, às 17:06, com fundamento no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Pinheiro dos Santos, Superintendente Geral**, em 21/07/2025, às 18:55, com fundamento no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Andre Francisco Luiz de Alencar Passaro, Superintendente**, em 23/07/2025, às 11:59, com fundamento no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.cvm.gov.br/conferir\\_autenticidade](https://sei.cvm.gov.br/conferir_autenticidade), informando o código verificador **2384955** e o código CRC **78402AFA**.  
*This document's authenticity can be verified by accessing*  
[https://sei.cvm.gov.br/conferir\\_autenticidade](https://sei.cvm.gov.br/conferir_autenticidade), and typing the "Código Verificador" **2384955** and the "Código CRC" **78402AFA**.

---